

# Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico

*From history in pieces to history as problem: the erudite and the intellectual in the production and teaching of historical knowledge*

**Durval Muniz de Albuquerque Júnior\***

---

## Resumo

Este texto aborda a passagem da figura do erudito para a figura do intelectual como sujeito do conhecimento no campo da historiografia e o que esta mudança implicou em termos de transformações nas regras que preside a produção do conhecimento histórico. A passagem de uma história erudita para uma história científica é abordada aqui a partir da mudança das regras que preside a constituição do próprio sujeito do conhecimento histórico, dos próprios modelos de subjetividade disponíveis socialmente para os indivíduos se pensarem como historiadores, ou seja, o texto faz a história da substituição progressiva do historiador visto e dito como erudito para o historiador visto e dito como intelectual.

**Palavras-chave:** erudito; intelectual; sujeito do conhecimento; modelo de subjetividade; conhecimento histórico.

Em texto anterior afirmei que a substituição da figura do erudito pela figura do intelectual, como sujeito do conhecimento no Ocidente, se deu em épocas distintas e de maneira diferenciada dependendo do país ou da disciplina que observássemos<sup>1</sup>. Neste texto abordarei como se deu esta mudança de modelo de sujeito do conhecimento no campo específico da História e que transformações esta implicou tanto na elaboração deste saber quanto na sua transmissão através do ensino. A História por ser um dos saberes mais antigos no Ocidente, tendo uma institucionalização e uma definição de seu campo mais prematura do que as demais ciências sociais, foi uma das primeiras

---

\* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

disciplinas a se constituir como tal e a ser pensada como um saber científico e não mais apenas como um saber erudito. Esta busca de construção de uma história científica remonta à segunda metade do século XVIII, com o movimento Iluminista, embora isto ocorra em poucos países e tendo uma repercussão ainda limitada.

Podemos afirmar que a passagem de uma história erudita para uma história científica é constituída por uma série de descontinuidades que se dão tanto na forma de pensar como na de escrever a história, que ocorrem ao longo de todo século XIX e que só vai ocorrer em alguns países já no século XX. No século XIX poderíamos apontar dois momentos de ruptura entre formas de se escrever e ensinar a história, bem como na própria imagem que se tem da disciplina e de quem a elabora: o historiador. O primeiro momento podemos localizar entre as décadas de dez e trinta do dezenove, quando a história, vista agora como ciência, é institucionalizada como disciplina universitária e passa a ser obrigatória como matéria escolar, embora o historiador ainda seja nomeado como erudito, mesmo tentando diferenciar-se da erudição que o antecedeu, e o segundo momento podemos localizar nos finais deste século quando a erudição histórica se vê criticada pela geração de intelectuais que está emergindo e que pensa o ofício de historiador e a própria história de uma nova maneira, a partir dos postulados da profissionalização e da especialização.<sup>2</sup>

Para a origem da ciência histórica foi decisiva a criação da moderna universidade alemã, cujo protótipo seria a Universidade de Berlim, fundada em 1810, durante a época das grandes reformas prussianas. A derrota da Prússia diante dos exércitos napoleônicos levou a que fosse repensada toda a organização burocrática do Estado prussiano. A Universidade deveria servir agora para formar quadros para o novo Estado e para preparar os filhos dos setores emergentes da burguesia para a nova realidade de mercado, formando "profissionais liberais" munidos de saber técnico e humanístico e, para isso, era necessário reformular seus planos de estudo, incluindo entre as novas disciplinas, a história. A emergência de uma nova ordem social burguesa aliada à manutenção do Estado monárquico, à influência das concepções políticas e filosóficas da Ilustração e, ao mesmo tempo, um distanciamento crítico de sua matriz francesa proporcionado pelo romantismo leva a emergência do que se chama o historicismo clássico alemão que se explicita, embora de forma distinta, tanto na filosofia idealista de Hegel como na escola da história metódica encabeçada por Ranke. É precisamente Ranke que vai se tornar o primeiro catedrático da nova disciplina "história" na Universidade de Berlim e implantar uma prática de elaboração e ensino desta disciplina que sublinhava os elementos espontâneos e imprevisíveis da liberdade e criatividade humanas, em desacordo com a crença hegeliana na existência de leis e regularidades na história<sup>3</sup>.

Ranke, assim como faria também Humboldt, procura diferenciar sua prática como cientista da história daquela levada a efeito pelos eruditos que faziam parte da Universidade alemã até então. A elaboração de um método de investigação, a busca de procedimentos rigorosos de análise documental e a nova forma de legitimação do saber dada pela profissionalização, ou seja, sua inserção num dispositivo institucional e ligado ao Estado, serviriam para separar este saber histórico daquele elaborado pelos antigos eruditos, embora a separação entre erudição, literatura e ciência ainda não seja tão rigorosa como se procurará fazer a partir do final do século XIX. Por isso podemos afirmar que, embora fale insistentemente em método e em ciência da história, o que se passa a produzir a partir de então é uma nova história erudita, uma nova forma de compreender a erudição, no momento em que se dá um deslocamento na própria figura do erudito que passa a incorporar, à par com a emergência da nova imagem da ciência trazida pelo positivismo, a exigência de uma maior racionalidade de seus procedimentos, de objetividade e neutralidade do conhecimento que produz, a atenção à busca da verdade e o combate a toda tradição lendária, mítica, não submetida à prova da verificação documental e da autenticidade dos relatos e das fontes. Recorda Aroysen, em sua "Historica", que no final do século XVIII o interesse colecionista de restos adquiriu uma direção diferente: o que antes era mera acumulação principesca, opulenta ou diletante de curiosidades, passou a ser objeto de ordenação, mediante critérios cronológicos, geográficos, políticos, etc. É desta nova empresa que participa Ranke e outros historiadores que produzem a magna obra da historiografia alemã: os Monumenta, a partir do reconhecimento e classificação de fontes sob o auspício de instituições públicas.<sup>4</sup>

Também na França o deslocamento para uma nova erudição histórica e a conseqüente busca da profissionalização e institucionalização da pesquisa e do ensino da História corre paralela com a disputa nacional com a Prússia e com a legitimação da Terceira República. Neste país, desde a segunda metade do século XVIII, com o nascimento do público burguês, já vinha impondo-se a idéia de que a finalidade do ensino médio e da carreira universitária não era a erudição, a instrução, mas a formação espiritual e estética completa do indivíduo, na qual a história deveria desempenhar um novo papel, ou seja, o da preparação do cidadão, o da formação de subjetividades ordenadas em torno das idéias de Pátria, de nação e de trabalho.<sup>5</sup> Uma história articulada em torno da idéia de Povo, conceito usado para falar, na verdade, da burguesia e da história de seu triunfo e dos heróis da Pátria, quase sempre homens ligados ao aparelho de Estado, que passam a ter uma centralidade indiscutível como sujeito ordenador da trama e da narrativa histórica.<sup>6</sup>

Nos países onde o estabelecimento de uma sociabilidade e de uma sensibilidade burguesas é mais lenta, onde a racionalização e a burocratização do Estado se dá em datas posteriores, onde a divisão do trabalho não se generaliza completamente, onde uma ordem social estamental convive com a nova ordem social de classes, onde a disciplinarização não se implantou majoritariamente, a emergência de uma nova forma de se pensar, produzir e ensinar a história também se dá de forma mais lenta. Em 1850, Moleschott, que estudou e foi professor auxiliar na Universidade de Heidelberg, escreve: "Toda orientação que se imprime à ciência na Holanda segue sendo uma orientação erudita e não essa orientação galharda e viva que aspira saber o verdadeiro".<sup>7</sup> Na Espanha, somente depois dos anos setenta do século XIX é que surge uma história erudita já preocupada com o rigor do método, aliando procedimentos historicistas e positivistas de análise das fontes e de crítica documental, preocupada com a questão da verdade, da objetividade e da neutralidade do relato, embora este relato ou a narrativa ainda estivesse marcados por uma visão romântica, prevalecendo uma avaliação moral e uma visão metafísica, quando não, providencialista da História. A investigação em história continuava ocorrendo desligada do ensino e quase sempre realizada por pessoas não ligadas à Universidade, bem ao contrário da Alemanha onde as aulas eram acompanhadas pelos seminários de investigação. Tanto Menéndez y Pelayo como Menéndez Pidal se pensam e se definem como eruditos que se preocupam em construir uma história científica apoiada em minuciosa e laboriosa investigação documental, na análise filológica destas fontes e na construção de uma narrativa histórica marcada pelas idéias de nação e de tradição, pela busca da definição do que seria o "espírito" ou o "gênio" nacionais, pela busca de uma essência ou um fio condutor que ligava inextricavelmente passado e presente.<sup>8</sup>

Em Portugal, tanto Alexandre Herculano, considerado o grande historiador romântico português, como aqueles que lhe sucederam e lhe criticaram a partir dos postulados positivistas, como Oliveira Martins, Teóphilo Braga e Ramalho Ortigão, se pensam e se definem como eruditos, embora de um novo tipo. Na introdução à sua *História de Portugal*, Herculano procura se diferenciar tanto dos eruditos que lhe antecederam quanto das filosofias da história de inspiração idealista ou providencialista: para ele sua tarefa seria a de retirar a história de Portugal "das sombras das lendas" e trazê-la "à luz clara da realidade", que na história só existia uma, através "de indagações profundas e de apreciações sinceras e desinteressadas". Seu trabalho seria "mais útil e mais difícil" do que "certas generalizações e filosofias da história" que estavam na moda, em que se "generalizava o errôneo ou o incerto" e se tiravam "conclusões absolutas de fatos que se reputam conformes entre si", e que provavelmente os estudos sérios viriam mostrar "serem diversos,

quando não contrários". Ele, ao inverso, tentaria renovar este mundo de idéias que é "a ressurreição do passado", o qual tentaria "reerguer como Lázaro do pó sepucral dos arquivos", mantendo-se distante das ambições vulgares dos homens, gastando seus dias e suas forças em busca dos "princípios eternos da moral universal", dando exemplo de resignação "nesse martírio" que era a busca do saber comprometido com a justiça, com a moral e com o direito. Toda sua recompensa era o de ter "o afeto da mais nobre e pura alma que encontrou na terra" (Pedro V).<sup>9</sup>

Diferentemente do historiador erudito moderno representado por um Ranke e explicitando as ambigüidades de seu lugar profissional numa sociedade onde a ordem social burguesa tinha sérias dificuldades para se implantar, Herculano dedica sua *História de Portugal* à educação do príncipe Pedro V, filho do rei a quem servira, seja como soldado nas fileiras liberais, durante a luta contra as forças absolutistas de D. Miguel, seja como funcionário público, já que este em reconhecimento por sua fidelidade lhe "livrara de uma situação de pesados encargos", permitindo-lhe "dedicar a maior e melhor" parte de seu tempo "ao duro e longo labor que hoje exige a composição da história". Embora tenha se notabilizado pela defesa de convicções firmes e afirmasse não submeter suas opiniões nem à lisonja do rei, nem à lisonja da multidão, Herculano não dispõe de um lugar institucional como a Universidade ou a cátedra para legitimar seu saber. Toda sua produção histórica não está marcada pela idéia de neutralidade ou objetividade, mas pelo contrário, é uma produção claramente identificada com a defesa do ideário político liberal e com a defesa da Monarquia Parlamentar, a favor da qual empenhara sua vida e seu labor historiográfico. A saga de Herculano deixa patente a falta de autonomia do trabalho do historiador em Portugal. Sua ligação através do mecenato ao Estado ou as elites dirigentes deixa claro que não estamos diante, ainda, de um historiador profissional que seja definido por sua independência diante dos demais grupos sociais e de seus interesses. Herculano não é um intelectual, mas um erudito, ainda preso a uma ordem social estamental, embora em luta contra ela.<sup>10</sup>

O que separava esta nova erudição, nascida tanto da fé iluminista na possibilidade de se abordar racionalmente e cientificamente a história como do realismo rankeano onde se acreditava ser possível representar o passado tal como ele foi, da antiga erudição era o fato de a história agora compartilhar com as ciências naturais e profissionalizadas a confiança que estas, em geral, tinham então na possibilidade de aceder ao conhecimento objetivo através da investigação metódica, separando rigorosamente o discurso científico do literário, a idéia de fato da idéia de ficção. Já com Gibbon, Voltaire ou Herder, no século XVIII, a história passa a ter como premissas as idéias de realidade, progressão no tempo e intencionalidade das ações e busca diferenciar seu discurso do discurso

literário ou do discurso mítico ou religioso. Até entrado o século XX, a produção histórica vai estar convencida de que a exposição histórica guardava uma relação direta com a realidade, que era capaz de, através do uso do documento, rever e expurgar da tradição tudo que era lendário, tudo que era mítico, tudo que não tinha sustentação em provas. Passa-se a criticar o que mais tarde Nietzsche chamaria de história-antiquário, ou seja, aquela história que apenas acumulava dados raros, relíquias, bizarras, sem conseguir dar a eles uma inteligibilidade narrativa, ou seja, uma história que não conseguia superar o estágio da crônica.<sup>11</sup>

Agora a nova erudição histórica leva a um verdadeiro culto ao documento, quase sempre entendido como texto escrito e oficial. Como vai dizer Francisco Rodríguez Marín, em uma de suas cartas, o verdadeiro erudito moderno é aquele que sente "mais prazer em banhar-se em poeira de papéis velhos, do que em água do mar".<sup>12</sup> Os dados, ou fatos que seriam isolados e resgatados nestas fontes, seriam agora articulados numa trama narrativa presidida pela idéia, nascida com pensadores do século XVIII como Voltaire, Condorcet ou Turgot, de que os processos históricos são processos de transição gradual de um estado para outro, presidido por uma mudança constante, por um progresso. Em meados do século XIX, o evolucionismo vai acentuar esta visão da história como um processo linear e homogeneizador que caminha para um determinado fim. Em alguns eruditos o vocabulário evolucionista, de marcada influência biológica, passa a ser visto como garantia de cientificidade do conhecimento que produz. Também a palavra desenvolvimento vai ganhar importância em princípios do século XIX, para substituir idéias como as de transformação ou mudança que havia inspirado a historiografia romântica alemã, desde Herder. Com Hegel a idéia de desenvolvimento se afirma como conceito fundamental para se pensar o processo histórico como sendo lento, involuntário e projetado para um fim. Contra-pondo-se aos próprios metodólogos da história, esta tradição vai considerar importante pensar a unidade de ser e sentido que formam os fenômenos históricos isolados, pensando a história a partir da visão de um organismo ou de um mecanismo.<sup>13</sup>

Os novos eruditos passam a considerar uma forma inferior de se fazer história aquela realizada apenas por um aficionado, por um não profissional, por uma pessoa que não se dedicava integralmente à seu ofício, considerado laborioso e que exige uma dedicação de todo o seu tempo. Passa-se a desqualificar aquelas obras de história nascidas do "afã direto, espontâneo, ingênuo de averiguar as coisas antigas dos tempos passados", que caracterizava o aficionado da história local ou genealógica. Seu contato "devoto com as coisas mortas de ontem" não garante a descoberta da verdade e não permite a inteligibilidade daquele pequeno fragmento de passado que recorta, por não dispor do saber especializado e da erudição necessária para conseguir construir

generalizações e fazer os julgamentos e valorações que as atitudes humanas do passado deveriam merecer.<sup>14</sup>

Em sociedades onde a democratização de suas relações sociais e políticas é severamente obstaculada pelas elites ligadas à antiga ordem aristocrática e feudal, a antiga erudição histórica continuará presente até muito tempo e produzindo um saber voltado para um público de leitores restrito e identificado também com uma visão de mundo, hierárquica, elitista e aristocratizante. Uma história marcada pela ênfase num passado clássico, distinto e distanciado do presente e visto como superior a este em todos os sentidos. Herculano, ao fazer a crítica a esta erudição, afirma que esta ignorava a investigação e a pesquisa metódica, vivendo da reprodução de convenções e tradições, diz ele: “E os eruditos a tal ponto se embeleciam nessa existência de convenção, que nos seus escritos quase não se encontra uma sentença, uma alusão, uma idéia, que não seja tirada dos livros gregos ou romanos”.<sup>15</sup> A identidade do antigo erudito não se pauta pelo vínculo com sua nação, segundo Herculano viviam numa pátria fantástica, se sentiam gregos ou romanos, pareciam querer fazer companhia a Heródotos, Políbios ou Tito Lívio, importando muito pouco os acontecimentos de seu país e de seu presente: “o espetáculo da República debatendo-se moribunda aos pés dos cézares afligia-os, mas o absolutismo que se assentava sobre as ruínas da liberdade moderna nem de leve os incomodava”. O presente para eles era uma tradição, o passado uma existência real, viviam entre os mortos e abominavam os vivos. O erudito formado pela nova sociabilidade burguesa, identificado com o projeto liberal e com a racionalidade capitalista nascente, que Herculano representava, se separa e se distancia do erudito do Antigo Regime, comprometido com o absolutismo, com a sociedade estamental e aristocrática que teimava em resistir ao progresso e à própria história, na visão do grande erudito português.<sup>16</sup>

A nova erudição, que Herculano representa, parte da concepção de que a história é uma vitória progressiva da consciência humana sobre a natureza e sobre a desrazão ou a ignorância. A história seria o processo universal da vitória paulatina da civilização sobre os estágios de barbárie e de selvageria vivida pelos grupos humanos, seria a narrativa do próprio processo de humanização de nossa espécie e de sua organização em estruturas sociais cada vez mais complexas e aperfeiçoadas. Este seria o sentido da própria história, não só dela como processo, como também dela como conhecimento e disciplina escolar, já que deveria contribuir para o avanço desse processo de humanização e civilização das relações humanas. A visão de história, elaborada por estes eruditos, identificados com a nova sociedade burguesa que emergia, é de que esta é como um texto, como um trama que teria um sentido único, sentido que seria a própria vitória do modo de vida burguês, de suas instituições e de seus valores. Uma história

atravessada seja como processo, seja como disciplina, pelo objetivismo e pelo racionalismo da sociedade moderna.

Mas estes novos eruditos continuavam sendo formados intelectualmente numa cultura baseada somente em textos. O ensino da história era marcado pela adoção, leitura e memorização dos manuais e livros de textos. Como afirmava orgulhosamente um dos mais importantes historiadores eruditos francês, Faustel de Coulanges: "a história se faz com textos e nada mais". Seu trabalho era sedentário, feito nos gabinetes de suas casas, das bibliotecas, dos arquivos, dos museus, dos institutos ou da própria universidade. Trabalho que Febvre chamou de "trabalho de papelório", trabalho a realizar-se com as janelas e as cortinas fechadas para a vida e para o presente, daí saindo "estes camponeses que parecem lavar velhos cartulários em vez de espessa terra". A história era a "grande senhora" que absorvia e dirigia todos os saberes, que se negava a olhar para a realidade mesquinha e pragmática da economia, da luta pela sobrevivência. "Se vivia sem dinheiro e sem crédito" segundo a história por eles praticada. A história servia para afirmar preferencialmente a participação do historiador na dignidade, na respeitabilidade, no perfeito e autocrático desinteresse pelos estudos de outras fontes que não somente os amarelecidos pergaminhos oficiais. A história interessava mais ao seu autor e servia mais a ele mesmo do que para atender qualquer interesse ou aspiração social. A história continuava sendo feita, quase exclusivamente, com palavras, datas, nomes de lugares e de homens, saídos de documentos que selecionados adequadamente garantiam a veracidade e a credibilidade do fato narrado.<sup>17</sup>

Uma história pensada como continuidade entre passado e presente, que seguia um fio desde a origem sem perder-se ou desviar-se nunca. Uma "história que não abarrancava nunca em escolhos escondidos nem naufragava jamais", um passado que não era mais do que preparação e justificação para o presente de onde falam e que vêm como uma conclusão necessária deste processo. Passado que servia para atribuir identidade ao presente e ao próprio especialista, que a ele se via ligado, seja por reagir ao presente e a ele se opor, seja por ver este como o resultado ou consequência de um fato histórico glorioso ou decisivo que houvera ficado no passado. Este era o caso de Jules Michelet, o mais importante historiador do romantismo francês, que viveu o período da Restauração Monárquica na França como um período de decadência e desvirtuamento do acontecimento máximo da história francesa e universal, que prometera o estabelecimento de uma nova sociedade e de uma nova forma de humanidade, que fundara um novo momento na história: a Revolução Francesa. Da mesma forma Burckhardt, na Alemanha, vai tomar o Renascimento como o momento em que a história havia alcançado seu ápice para vir, a partir de então,



caminhando para a *débacle* que a nova sociedade burguesa de fins do século XIX, representaria.

É no final deste século que esta moderna erudição histórica começará a ser questionada a partir da emergência de uma nova forma de se relacionar com o saber, de pensar a ciência e o próprio sujeito do conhecimento, que leva a um progressivo desprestígio social da história e a problematização do historicismo positivista, seja no interior do próprio pensamento historicista, seja a partir de um ataque a seus pressupostos por outras correntes de pensamento. Já entre os anos de 1894 e 1905, os chamados filósofos historicistas subjetivistas como W. Windelband, H. Rickert, C. Simmel e W. Dilthey vão se rebelar contra o esquematismo evolucionista e naturalista, que submetiam a história à pretensas leis e propunham o método de análise prevalecente nas ciências naturais como aquele que devia orientar os estudos históricos. Estabelecem uma distinção entre ciências naturais e ciências do espírito, e postulam, para estas últimas, métodos próprios de produção do conhecimento, que levassem em conta a dimensão subjetiva tanto do objeto como do sujeito destes saberes. Defendem que o conhecimento histórico não apresenta nunca ou raras vezes uma evidência deduzida de uma causalidade rigorosa e fechada. É sempre uma maneira subjetiva de entender uma conexão de fatos, que devem ser repensados e revividos no espírito do historiador e só então transformados em narrativa.<sup>18</sup>

Também é da filosofia alemã que vem uma das críticas mais radicais não só a forma como a história era pensada, escrita e ensinada, mas à própria prevalência da visão historicista que impregnava a cultura Ocidental. É com Nietzsche que se problematiza a percepção de tempo e de história da sociedade moderna, vistos como progresso, linearidade, continuidade, homogeneidade, identidade e finalidade. Partindo de uma concepção trágica da vida humana, Nietzsche critica duramente esta história burguesa assentada sobre um enredo cômico, onde o devir se esgota em um final já previamente estabelecido, quando este não é o próprio presente, contemplado como tempo eterno. Nietzsche não só ataca a velha erudição, à qual atribui a elaboração de uma história-antiquário, uma história que acumularia o presente de quinquilharias vindas do passado às quais não consegue atribuir nenhum sentido e que servem apenas de obstáculo a qualquer possibilidade de se inventar e pensar o diferente, mas também se volta contra a história monumental, romântica e idealista, por saturar o presente com grandes feitos e grandes homens, que parecem dizer que tudo de glorioso que os homens poderiam fazer já havia sido feito e que restaria a seus contemporâneos apenas adorar estes monumentos, satisfeitos com o seu presente como tempo eterno. E por fim, contesta até mesmo a chamada história crítica positivista ou evolucionista, por tentar reduzir o homem a um ser previsível e regido por leis inescapáveis e por pretender retirar da história

a dimensão subjetiva, o sonho, a ilusão, a fantasia, por não levar em conta a capacidade de metaforização, a dimensão poética da existência que nos faz humanos, demasiadamente humanos. Para Nietzsche a tentativa de tornar a história uma ciência, de conceptualizar as ações humanas era uma monstruosidade, à medida que perdia de vista a dimensão artística da vida humana, a capacidade de simulação de sua própria vida, de construção de uma outra natureza, que particularizava os humanos.<sup>19</sup>

Este distanciamento entre a história e a vida, do qual falava Nietzsche, será criticado constantemente a partir do final do século XIX e responsabilizado pelo fracasso da história como saber, à medida que esta não estava sendo capaz de prever as grandes transformações pelas quais estavam passando a sociedade européia. A vetusta senhora parecia, aos olhos dos novos grupos sociais emergentes com a expansão capitalista, em sua nova fase imperialista, e das primeiras gerações que se pensaram e se definiram como intelectuais, cada vez mais presa a um passado que não fazia sentido para o presente, que não ajudava os homens a orientarem suas vidas nos tempos que corriam. Assim como fizera Nietzsche, um número cada vez maior de intelectuais, ligados à ciência ou às artes e a literatura, passam a perguntar para que servia afinal a história, que contribuição podia dar para que os homens pudessem construir suas identidades em meio a uma sociedade onde o tempo se acelerava, onde a cultura se mecanizava, onde as antigas hierarquias sociais eram questionadas pelo surgimento de novos e importantes grupos sociais, como a pequena burguesia urbana formada pelos profissionais liberais, os intelectuais e os funcionários de um Estado em processo de burocratização crescente, e a classe operária. Sociedade que era regida por novos valores, onde novos processos identitários e psicológicos andavam a par com uma nova sensibilidade formada pelo mundo urbano e industrial, pela crise das instituições tradicionais como a família e a Igreja, que se expressava em novas formas estéticas e em novos modelos de subjetividade, dos quais o modernismo, por um lado e o feminismo, por outro, davam testemunho.

Esta crítica ao valor social da historiografia vai se acentuar após a Primeira Guerra Mundial. Nenhum historiador europeu tinha sido capaz de prever esta catástrofe, a historiografia otimista e louvaminheira da civilização, da razão, da ciência, da técnica, da industrialização, da sociedade moderna e burguesa tinha sido incapaz de perceber os perigos e as contradições que estas traziam em seu interior. Homens desterritorializados, desamparados se voltam contra o saber histórico, apontado como sem utilidade, como uma esquisitice de pessoas desligadas do próprio mundo. Uma história encerrada em uma Universidade também já desligada da realidade presente, uma história que renunciara à síntese, que cultuava os fatos num trabalho laborioso,

porém preguiçoso, uma história voltada para tratar apenas da vida do Estado, uma história de tratados e batalhas, como chamará Febvre. Uma história que produzia grandes semideuses, tanto como objetos ou como sujeitos do conhecimento histórico: Lavissee, Langlois, Seignobos, Sorel, eram exemplos destes homens que produziam um discurso de legitimação do Estado francês e que, por isso, eram tidos como grandes corifeus da historiografia, os grandes mestres, os grandes sábios em torno dos quais pululavam um longo séquito de imitadores locais e provinciais.<sup>20</sup>

Por não dar sentido a estas novas realidades que surgiam, esta historiografia erudita que contraditoriamente se propusera a ser realista, que se colocava como capaz de dizer a realidade do passado tal como foi, como sendo capaz de encontrar a própria essência desta realidade, vai ter o seu realismo ou a sua visão do real, problematizados. Num momento histórico em que a idéia pragmática e utilitarista burguesas vão se tornar prevaletentes, se exige cada vez mais das ciências e dos homens que a ela se dedicam que dêem a estes saberes e às suas práticas uma finalidade. A filosofia pragmática norte-americana de John Dewey e Joan B. Watson e a teoria psicológica behaviorista são expressões desta ênfase crescente nas práticas humanas como referente para pensar suas atitudes, comportamentos, valores. As explicações metafísicas, tão presentes nas filosofias da história, começam a ser criticadas, tanto em suas versões religiosas, como filosóficas, em nome da prevalência das condutas humanas, de seu caráter social e impessoal, como referente para se pensar a própria construção da realidade social. A própria idéia de intelectual, como sujeito do conhecimento, emerge neste momento a partir da percepção de que os homens que se dedicavam às atividades do pensamento e da cultura não podiam mais realizar um trabalho isolado, solitário, sem função social, para atender apenas as seus próprios interesses ou às necessidades de seu grupo social. Agora, de todas as tendências políticas, vinha um chamamento para a intervenção do intelectual na realidade de sua nação, para a transformação, educação, civilização, conscientização de seu povo ou de sua classe, vinha sua convocação pelo Estado ou pelas empresas para participar de atividades de investigação e de elaboração de projetos e prospecção na área social.<sup>21</sup>

Como diz Huizinga, a ciência torna-se cada vez mais, à parte de seus resultados como produtora de conhecimento, uma gigantesca organização nacional e internacional. E como toda organização, não pode subtrair-se à coação do sistema, nem tampouco aos efeitos deste processo geral de mecanização que os meios modernos e os aperfeiçoamentos técnicos provocaram no campo cultural, tendo que funcionar cada vez como uma máquina mais azeitada. Com a crescente burocratização do Estado e a emergência dos intelectuais como um

grupo de pressão, a própria organização do ensino e da Universidade passa a ser questionada. Surge um novo aparato institucional para dar sustentação e legitimidade a estas propostas transformadoras no campo da produção histórica. O novo sistema de seminários, exames e memórias doutorais; as academias de ciência, os institutos e as sociedades que se dedicam à publicação de fontes ou ao fomento de estudos históricos, especialmente as revistas, as editoras científicas, os congressos, as comissões encarregadas de dirigir a colaboração dos homens de ciência, etc. Cada um destes aparatos requer uma produção, exige uma certa normatização coletiva de um trabalho que vai deixando cada vez mais de ser isolado e feito dentro dos gabinetes, para se tornar coletivo e voltado para um público que se amplia permanentemente ao longo do século vinte, à medida que os novos meios de comunicação de massa passam também a veicular e demandar a produção de uma memória histórica.<sup>22</sup>

Não é mera coincidência que seja com trabalhos isolados de alguns historiadores e em Universidades recém criadas ou periféricas, onde a velha estrutura universitária que dava sustentação ao eruditismo não prevalecia, que emerge uma nova forma de se pensar, praticar e ensinar história. Lucien Febvre, um dos fundadores da Escola dos Annales, que representou ao lado da historiografia marxista, esta nova forma de escrever a história, aponta alguns acontecimentos que, segundo ele, foram decisivos para a ruptura com esta visão erudita da ciência histórica e para a emergência de uma história nova. Tendo sido formado nas instituições de ensino médio e superior de maior prestígio na França do final do XIX, a Escola Normal Superior e a Sorbonne, Febvre lembra criticamente destes grandes corifeus que foram seus professores e do caráter conformista e memorialístico que possuía a historiografia que lhe foi ensinada. Estas instituições eram espaços onde ainda reinaria uma certa "postura aristocrática", marcada por uma grande benevolência operante e uma fraternidade para com as "nulidades" que ali tinham guarida, a competência não era um critério dos mais admirados e a competição se esgotava no nível das vaidades pessoais. Eram instituições ainda caracterizadas internamente pelo corporativismo e externamente pelo servilismo diante das elites dirigentes. O espaço que Febvre encontrou para a prática de uma nova historiografia, voltada para os problemas de seu tempo, foi inicialmente fora da Universidade, junto a uma revista dirigida por Henri Beer, importante intelectual socialista francês. A *Revue de Synthèse Historique*, como seu próprio título deixava explícito, buscava dar resposta, no campo historiográfico, as críticas que vinham sendo feitas, principalmente pela sociologia, desta forma de saber fragmentário, factual, cronológico, episódico que a historiografia erudita tão bem representava. Junto com Gabriel Monod, Cristian Pfister, Camille Julián, Gustave Bloch, Vidal de la Blanche e outros, vai procurar

produzir uma história preocupada com a síntese, com a dotação de sentido ao conjunto dos episódios sem que para isso tivesse que recorrer aos princípios metafísicos e idealistas das filosofias da história.<sup>23</sup>

O descobrimento de trabalhos isolados como o do historiador belga, Henri Pirenne, que fora capaz de trazer a economia e as relações sociais para o interior da história, rompendo com aquela historiografia centrada na história política, diplomática e militar e a convivência, como professor da recém fundada Universidade de Estrasburgo, com sociólogos e antropólogos influenciados pelo trabalho de Emile Durkheime, que condenara a história a ser apenas uma ciência auxiliar da sociologia, à medida que a história apenas forneceria os fatos para que a sociologia lhes desse sentido de totalidade a partir da generalização e da síntese conceitual, leva a Febvre a combater por uma nova forma de compreender e praticar a história. Em 1929, em plena crise econômica mundial do capitalismo e do sistema democrático liberal, com a emergência dos regimes totalitários, quer de direita, quer de esquerda, vai fundar, junto com Marc Bloch, a *Revue des Annales*, tendo no subtítulo a explícita preocupação em fazer uma história econômica e social. Quando, em 1933, assume a cátedra de História Geral e de Método Histórico no *College de France* vai procurar institucionalizar e divulgar este novo método histórico que estaria equidistante tanto das filosofias da história, fossem elas idealistas ou materialistas, como do antigo historicismo positivista e da escola metódica rankiana.<sup>24</sup>

A história deixaria de se compor só de acontecimentos para se voltar para a abordagem de problemas, questões ligadas à vida social, à vida coletiva contemporânea. As profundas transformações ocorridas em uma sociedade formada cada vez mais por sujeitos coletivos, pela presença política de novos grupos sociais e das massas reunidas em grandes aglomerações urbanas, numa sociedade onde a economia passara a ter uma centralidade nas relações sociais que jamais tivera, exige da história um redirecionamento de suas preocupações e de seus procedimentos. Uma história que devia romper com a mística do fato coisa, da neutralidade do sujeito do conhecimento para pensar que todo fato é eleição, nasce das escolhas do historiador. "O historiador não vai rodando ao azar através do passado, como um trapeiro em busca de despojos, mas parte de um projeto preciso na mente, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar".<sup>25</sup> Estes problemas, estas hipóteses, estas questões que se fazem ao passado a partir do presente é que garantem que a história não seja apenas um acúmulo de detalhes sem significado de conjunto e que estes significados tenham uma relação de interesse e relevância com o próprio presente e com a vida coletiva. O fato não está dado no documento, como pensavam os eruditos positivistas, ele é uma construção do historiador, ele nasce da tentativa de se dar solução a um problema.

Este caráter problemático do saber histórico é que lhe permite ser um saber cientificamente elaborado, embora não seja necessariamente uma ciência nos moldes em que o positivismo a definiu no século XIX.

A história deveria dar resposta à crise do mundo moderno, mundo do qual os historiadores do século XIX tanto se orgulhavam, que ofereceu, durante muito tempo, o confortável credo da certeza adquirida, um mundo dominado por uma materialização rigorosa de uma física considerada como geometria, de um mundo que esvaziara a matéria de toda qualidade para dar-lhe uma extensão absolutamente nova, esta ciência que durante muito tempo tendeu com todo ardor para o objetivo subtraindo-se de qualquer referência às dimensões subjetivas e que valorizara a quantidade mais do que a qualidade, teria que se defrontar com os questionamentos colocados pela teoria da relatividade, pelas descobertas da física quântica, pelas elaborações freudianas, pela própria ocorrência de uma guerra mundial e a emergência dos totalitarismos que se contrapunham àquela visão linear, progressiva e teleológica que presidira a história no século XIX. A história se afasta de seu uníversonalismo humanista interpelada que é pelos estudos de diferentes culturas empreendidos por etnólogos e antropólogos e pela crise do próprio imperialismo eurocentrista e a emergência de outras nações e povos como forças políticas e econômicas no cenário internacional. Uma história que já não se interessa por qualquer tipo de homem abstrato, eterno, imutável em seu fundo e perfeitamente idêntico a si mesmo, mas por homens compreendidos nos marcos das sociedades de que são membros.<sup>26</sup>

Uma história que tem que lidar com a noção do descontínuo, que emergiu na física com a teoria dos quanta, questionando a história continuísta do historicismo, rompendo com as antigas noções de causa e consequência que caracterizava a história erudita positivista e a visão determinista que continuava presente em certas formulações do marxismo e que fora o pilar inquebrantável da velha história clássica. Uma história que não queria mais impor aos vivos as leis dos mortos, que era feita por historiadores dispostos a virar às costas ao passado, dispostos a viver primeiro, a estarem conectados com o presente, com uma vida prática, não separando ação de pensamento, vendo o próprio trabalho de pensar como uma ação que deve contribuir para transformar a realidade em que se está. Diz Febvre: "É preciso que penetreis o velho palácio silencioso onde a história dormia, animados pela luta, cobertos pelo pó do combate e do sangue coagulado do monstro vencido e abrindo as janelas de par em par, com a sala cheia de luz e estabelecido o som, despertar com a própria vida, com nossa vida quente e jovem, a vida gelada da Princesa adormecida: a história".<sup>27</sup>

A história a ser ensinada deveria preparar os homens não para viver num tempo contínuo e progressivo, mas para viver num tempo resvaladiço, fragmentado, múltiplo, um tempo de constantes perigos que

exige constante vigilância e ação. A história não devia ser apenas um conjunto de informações para ilustrar o espírito, ou um conjunto de exemplos morais ou patrióticos, ou um esquema geral que oferecesse uma imagem pronta e acabada do mundo, mas devia ser parte da preparação dos espíritos para conviver com a incerteza e com a mudança. Viver é mudar, é aceitar as mudanças, não cabe mais uma história que lamenta e tenta ressuscitar ruínas, como faziam os românticos, ela deve preparar-nos para vivermos sem medo num mundo da instabilidade definitiva, mundo que para ser entendido e compreendido necessita também de categorias de análise que não sejam estanques, metafísicas, mas que sejam abertas a permanentes reelaborações. À medida que a sociedade é cada vez mais complexa, a história não pode se encerrar em suas próprias fronteiras se quer ter uma compreensão global daquilo que aborda, por isso deve manter um contato permanente com as outras disciplinas, buscando nelas, sempre que necessário, os recursos conceituais para melhor explicar esta realidade social.<sup>28</sup>

À medida que novos grupos sociais passaram a fazer parte desta sociedade mais complexa, passam, também, a reivindicarem seu direito de fazer parte da história. Os historiadores modernos, os intelectuais da história, ao contrário dos eruditos, não podiam olhar mais apenas para seus iguais, para aqueles que se consideravam os únicos e privilegiados sujeitos da história. O historiador devia agora aprender a olhar para baixo, para dar conta da vida de um maior número possível de homens, na sua labuta diária, cotidiana, na sua vida que parece pequena e cinzenta. A pretensão, segundo Febvre, é a de "fazer retroceder a escuridão. E, em conseqüência, ser profundo. Quer dizer, "olhar cada vez mais para baixo", buscando as diferentes camadas ou estratos sociais que fizeram e fazem a história. Uma história que, condizente com a própria "nova diplomacia", já não pensa que a história se faz em "cortes e gabinetes", mas que deve estar atenta cada vez mais ao movimento da opinião pública e aos interesses de grupos. O personagem histórico já não é mais aquele ser único e singular, que se destacava por suas qualidades morais e políticas particulares, ele se desenvolve no e pelo grupo e deve ser entendido a partir das conexões que se podem estabelecer entre suas ações e pensamento e o contexto social onde está situado.<sup>29</sup>

A nova história, produzida pelo historiador profissional, acadêmico, intelectual deveria romper com a história-quadro, com o que Febvre chama do "sistema de cômoda", onde cada coisa era organizada numa gaveta classificatória; a história apenas descritiva deveria dar lugar a uma história que primasse pela inteligência, pela compreensão, pela dotação de sentido para os problemas que eram suscitados pelos acontecimentos do passado. Enterrar de vez o ingênuo realismo rankeano e pensar a história como um saber que precisava

de elaborações teóricas nascidas como construção do espírito, respondendo a esta imperiosa necessidade de compreender o passado e com ele compreender nosso próprio tempo. Compreender sendo mais do que simplesmente classificar, sistematizar, simplificar, reduzir a um esquema lógico, mas como um enriquecimento em profundidade. Superar definitivamente o olhar de superfície que havia animado tanto a erudição clássica como a erudição moderna e empenhar-se em olhar o passado com um olhar de profundidade, onde compreender é alargar para todos os lados o entendimento do objeto que se toma como problema.<sup>30</sup>

Deixar de tentar fazer o esforço de entrar e fazer o leitor entrar na própria pele dos homens de antanho, como fazia Seignobos; tratar o passado como alteridade e não como identidade; não se tornar um juiz julgando permanentemente homens e fatos do passado, era hora de acabar com estas interpelações retrospectivas, essa eloquência, que o erudito herdara do direito ou da retórica teológica, e que aplicava para colocar o passado no banco dos réus. O novo historiador não devia julgar, mas também não devia prever, esta tarefa profética que marcara todas as utopias e tinha um lastro cristão deveria ser abandonada por um profissional que, no máximo, devia se dedicar a negar, substituir e complementar o que já se conhecia do passado. A relação do historiador com a tradição devia ser extremamente crítica pois a história não se dedicava a salvar ou restaurar o passado, mas a fabricá-lo para fins contemporâneos. O passado dependia de escolhas do historiador que, embora não fossem arbitrárias, eram preconcebidas teoricamente.<sup>31</sup>

A erudição passava a ser apenas uma etapa prévia da produção do conhecimento histórico. O historiador continuava necessitando de ter acesso a um grande volume de informações bibliográficas e documentais, a pesquisa em arquivos continuava sendo fundamental, tanto que estes deviam ter o acesso cada vez mais facilitado e público, já que não se admitia mais o erudito que guardava em casa o documento para não ser utilizado por outro, mas devia, inclusive, ampliar o mais possível este repertório de fontes, dependendo do tema tratado e do problema levantado. Mas a pesquisa e seu ordenamento era apenas um momento de um processo de análise e compreensão, na busca da dotação de sentido. Era na análise, na intelecção e na construção da narrativa que daí dimanava, que o historiador conseguia superar a fragmentação e o detalhismo da erudição decimonônica.

Superar esta história fragmentária, detalhista da erudição positivista, não significava a adesão, por parte do novo historiador, às explicações totalitárias de ensaios como os de Spengler ou os de Toynbee, que apelavam para noções como as de cultura ou de civilização como vagas entidades metafísicas que serviam de sujeitos totalizadores do



processo histórico, ou ainda, para o que Febvre chamava de "espiritualismo econômico" do materialismo histórico, que submetia a história a um determinismo que, assim como o positivismo, não levava em conta dimensões fundamentais da história humana, como os aspectos subjetivos e emocionais.<sup>32</sup> Como vai reconhecer Huizinga, à medida que a própria cultura se complexificava, já não era mais possível se ter uma única forma prevalectente de se ver e praticar a história. Diz ele: "A ciência histórica é um processo de cultura, uma função universal, uma casa patriarcal com muitas moradas". No entanto, reconhece que em cada época deve haver regras dominantes, um certo consenso entre os profissionais da história sobre que procedimentos eleger e que critérios levar em conta na hora de julgar e definir o que é um saber histórico válido, embora esta unidade relativa não impeça a existência de inúmeras variantes possíveis. Por ser uma disciplina que exige poucos conhecimentos especializados, a história seria um dos campos do saber onde era mais difícil diferenciar o especialista, o profissional, do diletante e, portanto, onde a existência de instituições que zelassem pela observância deste consenso mínimo em torno das suas regras de produção se fazia mais premente, para que se deixasse de qualificar como historiador qualquer sábio que escrevesse livros sobre Luís XV e suas mulheres.<sup>33</sup>

Para a constituição deste certo consenso que definisse as regras de produção da historiografia era fundamental a sua profissionalização e institucionalização. Para isso foram muito importantes os primeiros congressos internacionais de historiadores que ocorrem em Paris (1900), Roma (1903) e Berlim (1908), para onde acorrem historiadores de vários países para conhecerem novos procedimentos historiográficos e novas idéias acerca do trabalho do historiador. Em países como a Espanha, onde a erudição historiográfica ainda era imperante e a profissionalização apenas se iniciara, estes congressos representaram a possibilidade de que historiadores como Rafael Altamira e Eduardo Hinojosa entrassem em contato com profissionais que estavam repensando a historiografia em seus países e pudessem trazer estas novidades para suas cátedras. Quando retornam destes Congressos, passam a lutar pelo reconhecimento oficial da profissão de historiador, como a que será estabelecida na Espanha, pela lei Moyano, de 1903, que cria duas cátedras: a de História Universal e de História Crítica da Espanha. Em 1909, também neste país, cria-se o Centro de Estudos Históricos que, a partir da crítica ao ensino de história ainda completamente desligado da pesquisa e da produção historiográfica, promoveu os primeiros cursos de investigação em história na Espanha, procurando seguir o modelo alemão dos seminários e das viagens de estudo ao exterior.<sup>34</sup>

Esta reformulação da prática da produção histórica também se irá refletir no ensino de história. Há uma crítica crescente do uso dos manuais de história e das histórias gerais que nasceram, no século XIX,

como formas de divulgação e vulgarização do discurso histórico, que servia para legitimar a ordem social dominante e que vão passar a fazer parte da "cultura oficial", à medida que se dá a consolidação progressiva da cultura burguesa. O livro texto havia cumprido uma função de persuasão e popularização de um passado cuja imagem se quer controlar. Apresentavam uma visão idealizada e simplificada do passado que era incapaz de interessar a pessoas que estavam vivendo um presente muito mais complexo e conflitivo. Com a emergência da figura do intelectual e vindo este a ocupar uma função social cada vez mais importante, esta história dos manuais, esta história factual, morta, desconectada com os problemas do presente começa a ser problematizada. Propõe-se a diversificação não só do material a ser usado nas salas de aula, como o recurso a outras formas de contato do aluno com os elementos do passado e a realização de uma maior conexão entre o que se tratava na disciplina histórica e a abordagem investigativa do próprio presente. Fazendo parte agora da idéia de formação, a história não será vista mais como um acúmulo de informações mas como um conhecimento que deve aportar elementos para a formação da subjetividade de um indivíduo que irá viver numa realidade específica.<sup>35</sup>

Embora a cientificidade da história esteja em questão desde o século XVIII e embora, desde então, diversas formas de se praticar a história tenham se colocado como científicas, é interessante notar que este saber atingiu uma maior normalização e se profissionalizou justamente quando a própria idéia de ciência começava a ser reformulada, a partir do final do século XIX. O saber histórico que vai se tornando mais metódico e sistemático, submetido a regras de produção cada vez mais rigorosas, ajuda, no entanto, a por em questão a matriz positivista da ciência ocidental, ao chamar a atenção para os perigos que esta ciência e a sociedade tecnológica e do conhecimento que gerou, traz para a própria sobrevivência humana. Tendo se proposto a tornar-se uma história problema, a historiografia vai pondo em questão a própria validade dos pressupostos que a fizeram nascer como disciplina acadêmica, em princípios do século XIX. Vivemos hoje este momento de perplexidade onde a história desconstrói cada vez mais seus próprios fundamentos como disciplina. Estamos, desde os anos sessenta, abandonando esta forma de pensar, praticar e ensinar a história que surgiu em fins do século XIX e se consolidou até os anos cinquenta do século XX. Estamos, como profissionais da história, caminhando para adotarmos novos modelos de sujeito do conhecimento, que ainda não sabemos bem quais são, daí nossa perplexidade. Sabemos onde não mais estamos, porém ainda não sabemos a que chegaremos. Como disse Febvre, estamos mais uma vez deslizando nesta temporalidade resvaladiça, na qual estamos mergulhados. Para onde nos dirigimos, ainda estamos tratando de construir. Não somos mais eruditos, clássicos

ou modernos, estamos deixando de ser intelectuais, tal como foi definido no final do século XIX. No que estamos nos tornando? Esta é uma história ainda por ser feita e escrita.

## Abstract

This text addresses the change of the scholar's figure to the intellectual's figure as the subject of knowledge in the field of historiography and what that change has implied in terms of the transformations of the rules which preside the production of historical knowledge. The passage of an erudite history to a scientific history is approached here starting from the change of the rules which preside the constitution of the own subject of historical knowledge, from the models of subjectivity themselves socially available for the individuals to think of themselves as historians, in other words, the text makes the transition of progressive substitution of the historian seen and understood as a scholar to the historian seen and understood as an intellectual. **Key words:** Scholar; intellectual; subject of knowledge; model of subjectivity; historical knowledge.

## Notas

- <sup>1</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de, *De Amadores à Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo*. (Mimeografado)
- <sup>2</sup> IGGERS, Georg G., *La Ciencia Histórica en el Siglo XX*, Barcelona, Labor, 1995.
- <sup>3</sup> IGGERS, Georg G., *Op. Cit.*, pp. 25-29; HUIZINGA, J., *El Concepto de la Historia y Otros Ensayos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, p. 37.
- <sup>4</sup> PASAMAR, Gonzalo y PEIRÓ, Ignacio, *Historiografía y Práctica Social en España*, Zaragoza, Universidade de Zaragoza, 1987.
- <sup>5</sup> Para a passagem entre a idéia de instrução e de formação como formas distintas de pensar a relação entre ensino e produção de conhecimento ver meu texto *De Armazém a Campo Cultivável: a instrução e a formação como diferentes formas de aprendizagem e como diferentes relações com o saber e com a leitura, produzindo subjetividades e sujeitos outros*.(Mimeografado)
- <sup>6</sup> IGGERS, Georg G., *Op. Cit.*, p 29-32.
- <sup>7</sup> HUIZINGA, J., *Op. Cit.*, p. 394.
- <sup>8</sup> MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino, *História de España*, 3ª ed., Vaalladolid, Cultura Española, 1938; MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, *Los Españoles en la Historia y en la Literatura*, 2ª ed., Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1991, PASAMAR, Gonzalo y PEIRÓ, Ignacio, *Historiografía y Práctica Social en España*, Zaragoza, Universidade de Zaragoza, 1987, p. 6.
- <sup>9</sup> HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, 7ª ed., Paris/Lisboa, Ailland e Bertrand; Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1916 (1ª edição 1975), p. 6, 12, 13 e 14.
- <sup>10</sup> HERCULANO, Alexandre, *Op. Cit.*, p. 7.
- <sup>11</sup> IGGERS, Georg G., *Op. Cit.*, p. 15.
- <sup>12</sup> Carta de Francisco Marín a Menéndez y Pelayo, 31/08/1896. In: RODRÍGUEZ

- MARÍN, Francisco, *Epistolario de Menendez Pelayo y Rodríguez Marín (1891-1912)*, Madrid, C. Bermejo, 1935.
- <sup>13</sup> HUIZINGA, J. *Op. Cit.*, pp. 26-27.
- <sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 16.
- <sup>15</sup> HERCULANO, Alexandre, *Op. Cit.*, p. 32.
- <sup>16</sup> HERCULANO, Alexandre, *Op. Cit.*, pp. 32-33.
- <sup>17</sup> FEBVRE, Lucien, *Combates por la Historia*, Barcelona, Ariel, 1971.
- <sup>18</sup> HUIZINGA, J., *Op. Cit.*, p. 25 e 36.
- <sup>19</sup> NIETZSCHE, F., Vantagens e Desvantagens da História para a Vida. In: *Considerações Extemporâneas*, 5 ed., São Paulo, Nova Cultural, 1991.
- <sup>20</sup> FEBVRE, Lucien, *Combates por la Historia*, pp. 8 e 26.
- <sup>21</sup> HUIZINGA, J. *Op. Cit.*, 409-413.
- <sup>22</sup> HUIZINGA, J. *Op. Cit.*, p. 18.
- <sup>23</sup> FEBVRE, Lucien, *Op. Cit.*, p. 8.
- <sup>24</sup> Idem, *ibidem*, pp. 15 e 16.
- <sup>25</sup> Idem, *ibidem*, pp. 21-22.
- <sup>26</sup> FEBVRE, Lucien, *Op. Cit.*, pp. 28 e 41.
- <sup>27</sup> FEBVRE, Lucien, *Op. Cit.*, p. 57.
- <sup>28</sup> Idem, *ibidem*, p. 69
- <sup>29</sup> Idem, *ibidem*, p. 95
- <sup>30</sup> FEBVRE, Lucien, *Op. Cit.*, pp. 110 e 116.
- <sup>31</sup> Idem, *ibidem*, pp. 133, 138 e 179
- <sup>32</sup> FEBVRE, Lucien, *Op. Cit.*, p. 26
- <sup>33</sup> HUIZINGA, J., *Op. Cit.*, pp. 15-16; FEBVRE, Lucien, *Op. Cit.*, p. 92.
- <sup>34</sup> PASAMAR, Gonzalo y PEIRÓ, Ignacio, *Op. Cit.*, p. 138.
- <sup>35</sup> PASAMAR, Gonzalo y PEIRÓ, Ignacio, *Op. Cit.*, pp. 47-48.